

# As Etno-paisagens. A observação etno-geográfica das formas sociais de modelagem do espaço

Armindo dos Santos \*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Antropólogo Social, Geógrafo, Professor da Universidade Nova de Lisboa*

## 1. A observação etnológica da paisagem

Proponho-me apresentar no presente artigo uma breve reflexão acerca das paisagens enquanto reflexo de configurações sociais materializadas no espaço. Trata-se de uma ponderação situada na fronteira antropogeográfica da investigação que pretende pôr à discussão as potencialidades metodológicas oferecidas pela perspectiva de observação das paisagens humanas, dado estas serem um meio revelador das relações sociais profundas dos grupos e da sua forte propensão a materializarem-se no espaço de vida (território, lugar<sup>1</sup>).

A paisagem, enquanto imagem complexa encerrando e revelando uma determinada modelagem social do espaço (solo, aquático ou mesmo subsolo), não tem merecido atenção significativa dos antropólogos, salvo em algumas exceções. Muitos deles interessam-se pelo espaço enquanto significado identitário, económico, agrário, histórico, sócio-morfológico e filosófico, mas muito raramente como paisagem e como conceito fundador de um protocolo de leitura das formas sociais cristalizadas no espaço, ou seja, a paisagem como modelo de interpretação dos significados sociológicos que os espaços terrestres manipulados pela ação humana encerram. Não me refiro à percepção de carácter estético que as sociedades *modernas* têm habitualmente das perspetivas panorâmicas oferecidas pela natureza ao olhar, mas ao significado da paisagem enquanto meio metodológico de observação e de análise transversal em relação à abordagem etnográfica no terreno.

Através da observação minuciosa dos elementos constitutivos das paisagens humanas, é possível apreender do “exterior” (à comunidade, ao grupo), de modo distanciado, a materialização – consciente e, ou, inconsciente – das relações sociais em formas espaciais concretas. Por outras palavras, é interessante pensar a paisagem como objeto sociológico cujo protocolo metodológico de estudo representa uma posição estratégica qualificada de observação (direta e indireta) das relações sociais inscritas materialmente no espaço. Não representam tais palavras dizer que o *todo* social afeta direta e materialmente o espaço, mas, tão-somente, que as relações sociais mais significativas são fortemente susceptíveis de se refletirem nele, de uma ou de outra forma – o que se torna importante, se considerarmos que a perspetiva da importância estratégica das propriedades parciais permite, como é de esperar, aceder às propriedades da lógica social global.

Traduz esta postura prestar atenção ao que representa a espécie de *linguagem* sociológica discretamente expressa na configuração espacial e refletida pela paisagem social. Com efeito, a paisagem, enquanto *linguagem* refletida pelo espaço socialmente organizado, difere, subtilmente, da concreta morfologia social (sem, no entanto, deixarem de estar intimamente relacionadas) pelo facto de a primeira – como *significante* – interpelar diretamente o olhar e a segunda corresponder – como *significado* – à sua expressão social concreta. Assim, do ponto de vista metodológico, a paisagem pode ser considerada como “posterior” à morfologia social. A primeira incitando do exterior o olhar sobre a segunda (e lhe é “anterior”), ou seja, sobre a realidade interior construída pelos indivíduos e que o etnólogo se propõe compreender.

---

\*Email: armindonsantos@sapo.pt

<sup>1</sup> Ou o “não lugar” segundo a definição de Marc Augé, *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Modernidade*, Lisboa: Bertrand Editora, 1994.

## 2. O que é uma paisagem?

Do espetáculo mais ou menos grandioso da natureza deriva diretamente a noção de paisagem e as representações pictóricas a que deram lugar algumas delas. Só mais recentemente esta noção se estendeu a outras formas, graças à geografia, à história agrária e às suas descrições das imagens dos extensos parcelados agrícolas, designadamente europeus e asiáticos, observados diretamente nos campos, revelados pelas fotografias aéreas ou descritos nas plantas cadastrais.

Porém, o que é efetivamente uma paisagem e o que significa para que constitua, enquanto tal, um objeto de observação antropológica? As definições são várias segundo as perspetivas. Mas seja qual for o sentido que se lhe dê, a sua definição é sempre complexa e subtil e a que nos interessa aqui, embora mais concreta que qualquer outra, não o é menos.

Na aceção geral da palavra, a noção de paisagem presta-se a referir realidades muito diversas. Há quem a utilize, por exemplo, a propósito do contexto político, para mencionar características difusas de um determinado espectro da actividade dos políticos, com expressões como “a atual paisagem política...”, etc. Ou, ainda, para aludir a associações mais ou menos vagas a propósito de determinados conjuntos sociais relevantes. Num registo mais especializado, mas igualmente vago, há quem também fale de *etno-paisagem*, não para referir uma qualquer paisagem no espaço, mas um conjunto de algo pertencente ao universo da etnografia, enquanto expressão mais ou menos abstrata e indeterminada acerca de certas características sócio-culturais. Para alguns autores, o vocábulo *etno* pode aplicar-se a diferentes matérias e, nesta medida, também ser associado a conjuntos sócio-culturais simultaneamente difusos e incaracterísticos, sem, no entanto, querer significar qualquer panorâmica espacial. Ora, inversamente a estas utilizações vagas, o emprego deste vocábulo faz todo o sentido para definir precisamente as características sócio-culturais de uma determinada paisagem espacial, pelo que aproveito a ocasião para o introduzir associado ao de paisagem. Assim, não é de outra coisa senão de etno-paisagens espaciais que o presente artigo trata.

Do ponto de vista etimológico, parece haver uma identidade clara entre as palavras paisagem e país (palavra de origem latina<sup>2</sup>) – ou seja, uma relação entendida como a “fisionomia” de um país. Aliás, os franceses designam as suas regiões por “pays”, o equivalente da nossa “terra”, e os “paysans”<sup>3</sup>, ou seja, os habitantes vivendo nas zonas rurais do “pays”. De resto, “aller au pays” representa o equivalente à expressão idiomática portuguesa “ir à terra”. E os diferentes “pays” apresentam geralmente, uns em relação aos outros, uma paisagem muito contrastada do ponto de vista da geografia, confirmada por representações estéticas e identitárias locais.

No caso português, a noção de país corresponde a uma entidade alargada (o território nacional no seu todo) composta por diversas “terras” particularizadas, cada uma delas com as suas características paisagísticas, naturais e humanas, mais ou menos próprias, cuja ideia de conjunto se define segundo a construção de um sentimento identitário de pertença nacional.

Na perspetiva estritamente geográfica, uma paisagem é constituída por um conjunto panorâmico de elementos físicos factuais existentes no espaço e oferecidos pela natureza ao olhar segundo diferentes escalas.

Com efeito, o espaço na sua factualidade bruta encerra diferentes elementos físicos naturais cuja totalidade constitui para além deles uma paisagem real, mais ou menos natural, sujeita a uma avaliação de várias ordens (composição mental, seleção, definição, interpretação) por parte do observador comum. É geralmente desta apreciação da realidade física que se trata quando se fala da paisagem da Cornualha, do cercado (*bocage*) bretão ou beirão, dos campos abertos (*openfield*) da Europa Central, do Alentejo, do *ejido* espanhol. Ou quando, em Portugal, sem ir muito longe nos exemplos meramente geográficos, se opõe, *grosso modo*, a paisagem transmontana – associada ao relevo acentuado e ao *habitat* misto – à paisagem alentejana – associada indiferenciadamente à peneplanície e ao *habitat* concentrado. Naturalmente, no seio destas duas entidades macro-paisagísticas outras unidades serão certamente recortadas localmente em função da variedade dos aspetos micro-paisagísticos geográfico-humanos, tais como as características do planalto mirandês ou da arquitetura alentejana.

<sup>2</sup> O *Pagus* em latim que na Antiguidade romana designava os limites de um território rural.

<sup>3</sup> Em latim comum, os *pagen(sis)* eram os habitantes do *pagus*. Ver Armindo dos Santos (2013).

Se temos por hábito falar de paisagem quando nos deparamos com a natureza ou com a imagem das aldeias, é menos frequente pensarmos de igual modo quando observamos a disposição das coisas em meio urbano. De facto, as paisagens urbanas (refletidas pelas pequenas, médias e grandes vilas) resultam de uma construção social muito diferente das paisagens rurais (expressas pelas aldeias e pela atividade agrícola). Em meio urbano, as paisagens socializadas são a própria essência do urbano, variadas e complexas; todo ele constituindo um conglomerado de paisagens. Uma bomba de gasolina, o “mobiliário” de função urbana, etc. constituem motivos paisagísticos e são elementos parciais de paisagens mais amplas. Estes aspetos, enquanto significantes de ordenamento social do espaço, não podem deixar de interessar aos etnólogos do urbano.

A diferença entre as paisagens sociais rurais e as urbanas prende-se essencialmente com o facto de no campo as paisagens derivarem da interdependência muito íntima entre as organizações sociais locais e o seu espaço-território natural e em meio urbano a paisagem, cortada da natureza, proceder mais de um ordenamento preconcebido do espaço e menos da espontaneidade da actividade dos indivíduos; se bem que estes tentem corrigir, na prática do dia-a-dia, as concepções dos decisores do ordenamento do espaço público em função das suas necessidades. Esta divergência de conceção do espaço é bastante interessante, pois pode mostrar até que ponto existe uma adequação entre ordenamento preconcebido do espaço e a prática espontânea dos indivíduos e em que consiste a relação de forças. A propósito do contraste entre ordenamento conceptual do espaço e funcionalidade espontânea é possível observar que, em certos casos, os utilizadores de determinados locais nem sempre apreciam os ordenamentos dos arquitectos paisagísticos, por estes ignorarem a racionalidade e as necessidades dos utilizadores. Na prática, as pessoas, nas suas deslocações, não gostam de seguir percursos ziguezagueantes e longos, mas sim pelos mais diretos possíveis. De modo que, quando o ordenamento do espaço não respeita esta racionalidade, os indivíduos têm tendência para redefinir os seus próprios percursos consoante uma lógica própria, pelo que é corrente verem-se itinerários redesenhados – contrariando os previamente estabelecidos – segundo o efeito do percurso mais reto e mais curto. Este é um pequeno exemplo de como se passa de um ordenamento paisagístico conceptual a um ordenamento decorrente da lógica da actividade quotidiana dos indivíduos.

Independentemente de a paisagem ser rural ou urbana, os elementos constitutivos do conjunto panorâmico são sempre acrescentados e sobrepostos à natureza e, segundo o caso, encontram-se mais ou menos articulados com ela. Nesta medida, um sistema agrícola de cultivo como, por exemplo, os grandes vinhedos do Douro, mostram uma maior integração em relação à natureza do que, tome-se o caso, um “cemitério” de automóveis. No entanto, ambos constituem, pela cena exibida, uma paisagem. Contudo, para Krauskopff (1989) e Lenclud (1995), a paisagem apresenta-se segundo uma perspectiva menos concreta. Para estes, ela constitui apenas uma noção, uma abstracção relevando da percepção individual acerca de uma determinada cena no espaço. Por outras palavras, consideram que a paisagem, enquanto todo panorâmico-escópico<sup>4</sup>, apreendido pelo olhar, é suscetível apenas de ser interpretada e relatada segundo um determinado julgamento estético dependente de determinados valores e épocas. Para os ditos autores, a paisagem é indissociável de quem a observa e, desde logo, meramente passível de uma apreciação segundo representações de carácter estético sujeitas a variações no tempo. Deste ponto de vista, a paisagem define-se como uma noção de leitura do espaço em função de um determinado sistema de apreciação. Mais, uma paisagem poderá continuar a existir materialmente, mas desaparecer virtualmente se os indivíduos deixarem de a contemplar e apreciar (Corbin, 2001).

Além disso, existem antropólogos que consideram não ser universal a noção de paisagem enquanto sistema de apreciação estética do espaço. Defendem que nem todos os povos dispõem de um julgamento estimativo, em termos estéticos, acerca das cenas que o espaço envolvente apresenta. Desde logo, o conceito de paisagem não existiria em muitas sociedades. Nestas, o olhar local seria indiferente à estética que a natureza oferece à vista (olhar indiferente à combinação e à harmonia das formas e cores existentes no espaço). Por outras palavras, nas ditas sociedades, não existiria intuição sensível acerca da disposição das coisas na natureza. Assim, temos de imaginar que povos tão longínquos e

<sup>4</sup> Todo considerado aqui do ponto de vista de uma vasta paisagem susceptível de ser contemplada e analisada de todos os lados, de modo circular.

diversos como, por exemplo, os aborígenes da Austrália ou os ameríndios não têm uma visão sensível e multifacetada ou, no mínimo, uma perspectiva de divisão, em termos de apreço e despreço do seu território e espaço envolvente. Resta que tal asserção está longe de ter sido demonstrada e o mais natural é que surjam dúvidas relativamente a esta hipotética inaptidão. Será que, para além de recortes e considerações em termos práticos (sociais, económicos, distância, tempo) acerca do meio onde vivem, certos povos não estarão em condições de o apreciar panoramicamente tecendo a seu propósito considerações de sensibilidade estética – segundo uma lógica interna ao grupo –, sendo tudo deste ponto de vista indiferente?

Independentemente de este facto ser verdadeiro ou falso, facilmente se percebe que a apreciação subjetiva da paisagem, por muito sedutora que pareça, não é de qualquer operacionalidade em antropologia e muito menos em geografia.

No entanto, nenhuma das diferentes teorias existentes nega a noção, minimalista, de que a paisagem diz respeito a uma porção de espaço fácil de abranger e apreender de um lance pela mecânica do olhar. Tal significa que a paisagem não existe sem suporte material. A mera idealização não permite recriar uma paisagem cujos elementos não façam já parte do sistema cognitivo de apreciação e não relevem da experiência concreta dos indivíduos. Mesmo representada, ela terá de conter sempre elementos factuais reais, relativamente coerentes, existentes na realidade, embora a composição mental possa evidenciar alguma variedade de um indivíduo para outro. Concluindo, uma paisagem não é suscetível de ser representada em total contradição com a realidade factual mas apenas interpretada segundo um determinado sistema de apreciação mental diretamente dependente dessa mesma realidade observada.

### 3. As leituras da paisagem

Do ponto de vista da sua dimensão sociológica, a paisagem pode apresentar diferentes níveis de significação. Um nível decorrente da influência geográfica; um nível derivado da organização social local; um terceiro nível derivado das escolhas estéticas; um quarto nível correspondente às formas simbólicas cristalizadas no espaço; um quinto nível de significado histórico.

O primeiro nível, derivado da influência geográfica, resulta da topografia em função da qual o comportamento humano se molda condicionando mais ou menos o seu impacto no espaço. A ela pode estar associado um mito fundador explicativo da escolha de um determinado estabelecimento populacional ou do significado da sua toponímia (um exemplo fundador muito comum em Portugal é o da praga de formigas, mas também o da cobra, etc.); o segundo nível corresponde às marcas da organização social no espaço nas suas diversas expressões morfológicas estruturais de onde emanam o segundo e terceiro níveis de significação: o nível da escolha da forma das coisas existentes no espaço não dependentes directamente dos elementos de estrutura social e o nível que corresponde, mais propriamente, às marcas da atividade simbólica e aos seus significados enquanto modelos de referência social e cultural, segundo valores e crenças locais. Finalmente, o nível histórico reflete a importância que teve, na longa duração, a inscrição social no espaço assim como o grau da sua manifestação e respetivos condicionalismos na atualidade.

Assim, a paisagem socio-espacial reflete um conjunto de elementos de morfologia dispostos no espaço segundo determinadas configurações. E como tal, é precisamente esta socialidade cristalizada no espaço que interessa o etnólogo. Ou seja, interessam-lhe as formas sociais, mais ou menos estáveis, expressas pela paisagem, enquanto realidades físicas concretas resultantes do ordenamento humano do espaço e cujo grau de materialização é suscetível de ser objectivado e interpretado (sociologicamente) por um observador exterior ao grupo, independentemente da perspectiva de recriação estética de paisagem, variável segundo os indivíduos e as culturas, e significativamente mais subjectiva. Mas, como refere Lenclud (1995), é certo que uma determinada realidade física não existe independentemente de um esquema conceptual fixando, convencionalmente mas não arbitrariamente, o que há exactamente de factual nela e que poderia supostamente escapar à acção deformadora de qualquer olhar. No entanto, introduziu a ideia de que, efetivamente, se o fenómeno da paisagem observada só tem de tangível a construção que o esquema conceptual fixado pelo etnólogo permite objetivar e, graças a ele, o torna inteligível, este só é compreensível porque se refere a realidades intrínsecas à própria experiência

humana. Portanto, o esquema conceptual compreensível por um observador comum não será muito diferente daquele que serve ao etnólogo para objetivar o que ele tem por hábito submeter à sua observação.

Contudo, se os sistemas de apreciação das paisagens e as suas variações ao longo da história também têm significado para a antropologia, na medida em que revelam formas de ver, pensar e agir dos indivíduos, a leitura etnológica da paisagem importa tanto ou mais quanto mais ela é susceptível de revelar diretamente modelos sociais concretos de organização humana. Esta perspectiva, em vez de ser evacuada para considerar exclusivamente o lado emocional do olhar, como se pretende com algumas das definições de paisagem, deve, ao contrário, incluir o exame etnográfico da paisagem. A sua observação atenta, exempta o mais possível da percepção subjetiva, pelo esforço de neutralidade do olhar, autoriza encarar a paisagem como uma importante variável metodológica, bastante operatória e não dispensável no estudo das sociedades nas suas diversas manifestações espaciais. Ou seja, importa substituir a subjetividade estética da leitura da paisagem pela visão objetiva de alguém que lhe é totalmente exterior.

Trata-se, portanto, de privilegiar a observação da materialidade social da paisagem (sem a querer definir unicamente segundo este aspeto) cuja leitura e análise nos aproximam das preocupações dos geógrafos no que refere à descrição e análise de fenómenos concretos existentes no espaço, mas que nos separa disciplinarmente quando nos conduz à prospeção de relações sociais mais ou menos profundas.

Nestes termos, para além do enquadramento estético mental acerca de uma determinada panorâmica do espaço (que também é interessante enquanto interpretação simbólica da composição do espaço feita pelos paisagistas, pelos sujeitos estabelecidos ou de passagem), o que está realmente em causa é o seu interior social: o significado da composição e disposição material dos elementos espaciais (mais ou menos naturais ou sociais conforme o grau de intervenção humana), em consequência de um ordenamento derivado da estrutura social. Por outras palavras, mais que uma avaliação estética da composição dos elementos materiais existentes no espaço e da sua disposição, o propósito são as relações sociais profundas que essa disposição subtende.

Na perspectiva que nos interessa, ou seja, o que a paisagem pode revelar da complexidade das realidades sociais reportadas no solo, impõe-se particularmente a abordagem positiva da metodologia antropológica aplicada à observação das paisagens, numa relação interdisciplinar com a geografia. Ora, como tenho vindo a referir, esta abordagem metodológica pressupõe – à semelhança da metodologia antropológica habitual – que a subjetividade inerente ao sistema de apreciação estética da paisagem deva ser afastada por parte do observador, para que os modelos sociais cristalizados no espaço possam ser apreendidos o mais objetivamente possível e não segundo um modelo de apreciação preconcebido, individual ou coletivo.

Nesta medida, a relação disciplinar com a geografia é estratégica, tanto do ponto de vista dos conceitos, que lhe são próprios, como do ponto de vista do plano geográfico que lhe serve de fundo, visto ser nele que se inscrevem as diferentes unidades discretas de observação: como o parentesco, o económico, o religioso, o político, o simbolismo das formas descritas na paisagem. O percurso vai assim do espaço mais ou menos natural do geógrafo ao espaço socializado do antropólogo, dado ser nesta continuidade que se inscreve a preocupação deste último.

Nestas condições, que diferença de perspectiva pode haver entre geógrafos e antropólogos no que diz respeito às paisagens? Como é sabido, os geógrafos interessam-se, classicamente, e sobretudo, pelas condições geofísicas da paisagem: do relevo e causas geológicas, da sua estratificação, da flora e fauna, preocupam-se igualmente em cartografar, segundo diferentes escalas, todos os aspetos físicos naturais e de intervenção humana, evidenciados pela paisagem. Por seu turno, os antropólogos – sem deixarem de ter em consideração a maioria dos aspetos geográficos –, têm fundamentalmente como objetivo a compreensão do significado sociológico da paisagem. O que ela revela, direta ou indiretamente da complexidade das relações sociais num dado território, como resultado da adaptação dos indivíduos ao seu espaço e da maior ou menor intensidade de utilização deste, em consequência de fortes relações de interdependência complexa entre o meio físico e o meio social, e de ambos os fatores poderem

ceder uns aos outros ou combinar-se entre si, modelando sempre, em qualquer dos casos, o território de forma mais ou menos característica.

Todavia, não se trata tanto de constatar a distribuição dos fenómenos sociais no espaço como de compreender os quadros espaciais cujas características são de origem sociológica. Ou seja, como refere Levi-Strauss (1958), o que está em questão é a observação de fenómenos não dependentes de factores naturais.

No entanto, convém relativizar esta última afirmação, dado existirem circunstâncias naturais que condicionam e orientam as práticas humanas. Com efeito, facilmente se constata como em certas circunstâncias as condições geográficas podem limitar a ação humana. Veja-se, por exemplo, o caso da oposição entre as atividades de montanha e as atividades de planície; ou a evidente oposição entre a atividade nas regiões geladas, regiões temperadas e tropicais.

Mas nem só a geografia é uma condicionante sociológica correndo igualmente ao seu lado, enquanto tal, a história. Assim, quantas paisagens chegadas diretamente de épocas muito antigas condicionam as práticas sociais atuais, mesmo quando não existe entre estas e o passado qualquer continuidade? Tome-se o caso de um pequeno exemplo: a construção da auto-estrada da Beira Interior onde a montante de Alpedrinha foi necessário encontrar uma solução técnica de vulto (um viaduto) para não eliminar uma importante via romana que por ali passa. Nesta ocasião, o presidente de câmara, de então, satisfeito com a solução encontrada dizia: “É fascinante a coexistência entre uma via moderna e outra muito antiga; uma por cima e outra por baixo!” Salvaguardou-se assim a sedimentação da história no espaço.

Com efeito, um determinado espaço sujeito, ao longo do tempo, à constante ação humana, à dinâmica das transformações sociais e consequentes modelagens, encerra muito provavelmente indícios visíveis de forte sedimentação histórica dessa ação contínua no solo. Estes indícios do passado não emanam apenas do tempo geológico, mas expressamente do tempo próprio das mudanças sociais a que o espaço esteve sujeito. A maior ou menor longa duração social no espaço é suscetível de deixar marcas mais ou menos visíveis da sua atividade passada na paisagem atual. Lembro as muitas paisagens vindas diretamente da Idade Média, como, por exemplo, os cercados do velho *bocage* português, lá onde ele ainda persiste, combinado com aspetos resultantes da sua longa transformação. Nestas condições, o antropólogo (mas também o historiador) tem a oportunidade de se colocar a questão de saber o que representa e significa uma determinada paisagem atual, o que ela deve ao passado e ao presente. Que representam determinados aspetos cuja cristalização no espaço não condiz com as práticas sociais atuais, mas corresponde a impressões antigas que condicionam a liberdade de ação atual? Por outras palavras, que nos poderá dizer determinada paisagem enquanto documento histórico?

Resumindo, a paisagem, na sua configuração socio-espacial, revela, em todas as circunstâncias, diferentes níveis de diacronia, uns mais antigos outros mais recentes. Tal não significa que todas as alterações sociais deixem sempre marcas no espaço ou que, quando tal se verifica, o processo se realize imediatamente. Além disso, entre dois momentos permeia sempre o percurso mais ou menos longo do tempo da cristalização da ação social no espaço. No entanto, a paisagem quase sempre encerra, apesar de variável, paralelamente à geografia e à sincronia social, uma dimensão histórica, mais ou menos condicionante da actualidade, da qual a antropologia não se pode alhear.

Assim, a paisagem contém em si uma dimensão dinâmica que lhe advém das transformações acontecidas no espaço ao longo do tempo: as alterações da natureza, que ocorrem de modo mais ou menos lento, e as que procedem do tempo das transformações sociais. Em certas situações, as alterações naturais e sociais são concomitantes. Por exemplo, em muitas zonas de Portugal a vegetação retoma actualmente o seu antigo lugar e domina o espaço por falta de actividade agrícola significativa. Os campos agrícolas cobrem-se de vegetação, as sebes esbatem-se com o alastramento dos espinhosos, os caminhos rurais esbatem-se igualmente sob o forte manto arbustivo espontâneo e a erosão não controlada. Nestas condições, diga-se incidentemente, pretender classificar como património uma determinada paisagem e proceder à sua preservação significa fixá-la no tempo e, de certo modo, destituí-la da sua dinâmica própria.

Concluindo este aspeto, constata-se que o presente campo de investigação é iminente interdisciplinar, não só porque articula consigo a antropologia, a geografia e a história mas também

outros aspetos. A estas articulações interdisciplinares, outras estão de facto implicitamente incluídas no estudo das paisagens, como as condicionantes jurídico-administrativas e o seu confronto com os usos consuetudinários, as tensões entre a macro e a microeconomia, as realizações tecnológicas.

Naturalmente, o sítio de onde se observa o espaço terrestre é muito importante relativamente à percepção da paisagem. Assim, se nos encontrarmos num ponto de observação baixo, médio ou alto a perspectiva não é evidentemente a mesma. Por esta razão, a observação atenta de uma paisagem deve compreender a utilidade em considerar os vários níveis de perspectiva segundo diferentes planos, escalas e ângulos.

Como documentos de síntese, as fotografias aéreas são instrumentos preciosos de observação indirecta das paisagens. Através delas podemos colocar-nos na posição ideal de um ponto elevado de observação a partir do qual é possível abarcar um vasto panorama. Exceção feita de algumas limitações é inclusivamente possível, graças à fotointerpretação, discernir estados anteriores da paisagem, e inclusivamente seguir esta sucessão procedendo à leitura da variação das diferentes configurações espaciais até à actualidade. A vista aérea a uma determinada altitude permite abarcar todo um conjunto mas não todos os seus detalhes, em contrapartida ela corresponde a uma certa escala à qual o investigador não pode aceder no terreno com a mesma facilidade.

No solo, as escalas de observação variam segundo a extensão considerada pelo olhar. Por exemplo, se observarmos uma horta no seu todo ou umas quantas leiras, etc. o pormenor é obviamente diferente. Ou, ainda, se olharmos para uma casa detalhadamente (para a forma das janelas, o pormenor dos lintéis, etc.) em lugar do seu conjunto, o grau de minúcia é menos impressionista. Obviamente, segundo a grandeza da escala a panorâmica é maior ou menor, mais ou menos precisa. A uma grande escala corresponde uma pequena imagem e uma maior precisão; inversamente, a uma pequena escala corresponde uma maior paisagem e uma menor precisão dos detalhes e, desde logo, um género de descrição fortemente impressionista<sup>5</sup>.

As escalas topográficas são assim determinantes para a observação dos diferentes patamares da paisagem. A escala que melhor se ajusta à síntese da paisagem é a que permite a escopia global de um certo conjunto. Ou seja, a menor escala de observação circular do olhar, por expor o conjunto nas suas linhas gerais. Mas as escalas superiores são indispensáveis para proceder a observações de carácter parcial e minucioso. Por exemplo, as formas dos campos em lugar da totalidade do parcelado; uma avenida em vez de uma vista aérea geral. Uma bomba de gasolina em lugar da avenida, etc.

O ângulo de visão é igualmente importante, segundo que ele é vertical ou oblíquo. Como é sabido, na fotografia aérea vertical a imagem geral apresenta um plano “liso”, sem perspectiva dimensional. Inversamente, na fotografia aérea oblíqua, a imagem apresenta três dimensões permitindo uma leitura de outro tipo de pormenor. Resta acrescentar que o momento da observação, segundo a estação do ano, a luz do dia, é também fundamental na medida em que pode evidenciar ou ocultar determinados aspectos.

#### 4. Da paisagem natural à paisagem socializada

Embora raras, existem ainda algumas paisagens acentuadamente naturais ou isentas de actividade humana relevante. Entre outros casos, é de referir, pela actualidade que envolve a sua recente protecção, o parque de Tumucumaque das montanhas do Estado de Amapá, no Brasil<sup>6</sup>. Esta reserva amazónica, do noroeste do país, na fronteira com a Guiana francesa e o Suriname, com 38.874 quilómetros quadrados, é quase do tamanho da Suíça e, assim, o maior parque de selva tropical do mundo. O parque, onde nascem os principais rios de Amapá, tem mais 2300 quilómetros quadrados que o parque de Slonga na República Democrática do Congo, a maior selva protegida até à data. Em Tumucumaque, encontram-se espécies animais que não existem em qualquer outra parte. Trata-se de

<sup>5</sup> Considerando, numa escala numérica topográfica, as relações de 1:1 000 e 1:100 000, por exemplo, estas significam que a primeira é maior que a segunda por 1 centímetro no documento corresponder a mil no terreno e a segunda menor que a primeira por 1 centímetro corresponder a cem mil, pelo que o grau de pormenores representados pela primeira é superior à segunda.

<sup>6</sup> O parque de Tumucumaque equivale a 1% dos 10% que o antigo presidente brasileiro, Fernando Cardoso, prometeu proteger na Amazônia; encontrando-se actualmente protegidos 2% o equivalente a 17450 quilómetros quadrados da selva brasileira.

uma das regiões mais ricas da América do Sul e ao que parece totalmente desabitada, não existindo estabelecimentos indígenas. Devido às suas características de acesso muito difícil, não existe nesta zona estradas de qualquer espécie e é difícil navegar nos seus rios durante a maior parte do ano devido aos rápidos e cascatas.

O presente exemplo, relativamente extremo, reflecte realmente a força dominadora da natureza onde os poucos seres que nela possam viver não conseguem alterar e deixar duravelmente visíveis as suas débeis marcas. Nestes casos, a relação humana com a natureza é de defesa, reduzida a um espaço interno de protecção, face à imensidão inóspita da floresta. Porém, se nos nossos tempos a natureza pode ser ainda, em alguns casos, tão natural como Tumucumaque, ou mais ou menos natural (quer dizer formada por mais ou menos elementos da natureza não modificados ou contactados pelo ser humano), as paisagens que o espaço revela são quase sempre o resultado de grandes manipulações humanas, de transformações organizadas segundo uma lógica não determinada pela natureza. Esta lógica corresponde à mediação entre a capacidade humana em utilizar os elementos naturais e a dificuldade, ou a impossibilidade, em superar, pelos meios disponíveis localmente, os grandes obstáculos físicos da natureza.

As grandes realizações tecnológicas que transformam os meios físicos e alteram as paisagens naturais, como por exemplo a execução em curso da enorme barragem chinesa do Yang-Tsé – com a qual o regime chinês pretende determinar tecnologicamente o espaço e com tal deixar a marca da sua vontade –, constituem novas paisagens, de alto significado, não meramente geográfico mas sobretudo político e económico.

Na categoria das grandes transformações da natureza entram ainda os vastos complexos urbanos que constituem outros tantos panoramas paisagísticos de múltiplas facetas sociologicamente significativas. Eles vão das pequenas vilas relativamente articuladas com a natureza mais ou menos envolvente às concentrações dos grandes pólos urbanos de atracção sócio-económica onde a natureza se encontra totalmente distante e é necessário reconstituí-la sob a forma domesticada de jardins e parques arborizados. Nestas condições, as paisagens urbanas são compostas quase exclusivamente por elementos materiais de origem e função urbana (ruas alcatroadas, edifícios concentrados em altura, pontes). Nesta medida, uma vila ou uma cidade, observada a uma certa distância, oferece obviamente uma panorâmica paisagística de características totalmente opostas à vista da natureza ou à paisagem rural dos campos e das aldeias. E, evidentemente, tal como em relação a estas, também no seio das grandes urbes se podem observar paisagens parciais: como a perspectiva panorâmica de uma longa e rectilínea avenida composta pelos diferentes elementos (edifícios, mobiliário urbano) inerentes à sua função.

A alteração do espaço natural pode apresentar diversas intensidades e as paisagens daí derivadas terem características afastadas da natureza segundo diferentes graus de manipulação. No mundo rural, este tipo de manipulação conduz à constituição de paisagens intimamente ligadas às práticas agrícolas e, nesta medida, representa uma maior interacção entre o modo de vida humano e a natureza em comparação com o universo urbano.

## 5. Da paisagem socializada à morfologia socio-espacial

Como exemplo de morfologias socio-espaciais e sua expressão paisagística concreta, vêm-me à ideia os principais recortes do espaço rural de Portugal, referidos por Orlando Ribeiro: as paisagens correspondentes às duas antigas grandes formas estruturais do território agrícola nacional. Por um lado, as formas dos modos de exploração agrícola do Norte – o *minifúndio* –; por outro, as do Sul – o *latifúndio*. A diferenciação prende-se especialmente com a ideia de contraste entre pequenas e grandes propriedades, o que corresponde *grosso-modo* à imagem real revelada pela descontinuidade da paisagem. Mas se, de facto, as formas e dimensões dos campos, assim como os sistemas de cultivo, são diferentes entre as duas paisagens, é sobretudo verdade que elas correspondem a estruturas sociais particulares. Esta relação permite pensar que do extremo sul ao extremo norte de Portugal os diferentes tipos de estruturas agrárias tenham provavelmente obedecido mais a determinismos sociológicos do que geográficos. Significa tal, a existência de paisagens agrícolas que não encaixam forçosamente em quadros geográficos definidores por si só de formas económicas e sociais, mas determinam sobretudo zonas económicas agrícolas particulares não dependentes de zonas geomorfológicas características.

Actualmente, apesar das mutações sofridas pelo espaço agrícola português, esta representação dupla da paisagem agrícola mantém-se grosso-modo, porque no espaço concreto se observam os mesmos condicionamentos estruturais: socio-económicos e geográficos.

Considere-se agora a tipologia dos estabelecimentos habitacionais, os seus contrastes e o seu significado sociológico: o lugar (ou o “anexo”), a aldeia e o *habitat* disperso. A forma de *habitat* que constitui o lugar só é definível, por um lado, em relação à aldeia e, por outro, em relação ao *habitat* disperso. O lugar não é uma pequena aldeia. Esta, inversamente àquele, e seja qual for a sua dimensão, constitui o centro motor único de um conjunto de terrenos agrícolas variados. Da aldeia partem energias que contribuem para estruturar socialmente o território agrícola, segundo um tipo físico mais ou menos estelar. A aldeia representa um sinal e um instrumento de centralização. Ora, o aparecimento do lugar implica uma espécie de estilização da unidade aldeã. Além disso, dado cada um destes pequenos grupos habitacionais esparsos ser constituído por algumas casas agrupadas faz com que o lugar se oponha nitidamente, por esta razão, ao *habitat* disperso. Estes três tipos de repartição habitacional são susceptíveis de se encontrarem associados. De facto, é possível encontrar, ao mesmo tempo, num mesmo território agrícola, a aldeia, o lugar e as casas isoladas. O lugar pode dar, em alguns casos, a aparência de se assemelhar ao estabelecimento disperso. Com efeito, apesar do visível agrupamento das construções, o lugar está agregado a explorações profundamente individualizadas. Porque se a aldeia implica o afastamento e o retalhamento das explorações, o lugar ajusta-se à existência de explorações próximas e maciças.

Neste exemplo, descrever a paisagem reflectida pelo lugar como uma simples reunião de casas rurais é exato, mas não concluir que se trata de um comportamento social e de uma estrutura particular, embora possa parecer demasiado ousado, seria insuficiente. Afinal, a tipologia e as inter-combinações habitacionais contêm em si uma expressão sociológica altamente significativa, susceptível de se revelar directamente se a considerarmos do ponto de vista do exame da paisagem.

Vejamos outros aspetos que a observação da paisagem pode considerar. Se nos limitássemos a considerar a planta cadastral do parcelado (quando ela existe) na exclusiva perspectiva fiscal sem nos reportar à paisagem, constataríamos (como se podia verificar ainda há poucos anos) que uma parcela só se encontra individualizada quando responde a dois imperativos: 1º pertencer a um proprietário diferente da parcela que a rodeia; 2º que as parcelas vizinhas pertencentes ao mesmo proprietário, tenham valores fiscais diferentes. Estes valores fiscais são em princípio determinados em função da fertilidade da terra e da natureza das culturas habitualmente ali praticadas. Porém, as categorias agrícolas consideradas são pouco numerosas. Geralmente, são tidas em conta as florestas (ou matas), os sequeiros, os grandes lameiros, as vinhas, os pomares. As culturas hortícolas e florais não são consideradas nesta nomenclatura. Assim, imaginemos, lado a lado, parcelas de batatas, melões em seco, trigo, forragem (de trevo ou ervilhaca), neste caso, a planta cadastral do parcelado não fará entre estas culturas, de aspecto e rendimento tão opostos, nenhuma diferença. Reputados aráveis, os campos assim divididos constituem na planta cadastral uma única e mesma parcela. O figurado na planta é diferente do visível no terreno. Inversamente, é muito provável que o caleidoscópio da policultura refira apenas três rubricas fundamentais na planta cadastral: terras aráveis, vinhas e pomares.

Note-se no entanto que ao contrário do que se pode ver nas plantas cadastrais, nas fotos aéreas (que como se viu evidenciam a paisagem) é possível distinguir as diferentes culturas; não esquecendo, no entanto, que segundo a hora do dia ou a estação do ano em que foram realizadas é possível produzirem-se diferenças susceptíveis de introduzir alguns erros de interpretação. Por outro lado, a uniformidade das culturas pode esconder, e esconde efectivamente com frequência, as linhas divisórias entre propriedades. Assim, se a planta cadastral dá uma imagem do parcelado, a foto aérea de matagais, mata de corte ou charnecas evidencia unicamente a uniformidade do manto vegetal sem nos deixar adivinhar que este se encontra provavelmente repartido entre diferentes proprietários. Embora desigualmente, ambos os documentos são indispensáveis e complementares em situação de laboratório.

Tomemos agora as diferentes tradições dos modos de partilha nas sociedades camponesas, e as suas prováveis projecções na paisagem. Consideremos, num caso, a partilha dita *ab intestat*, ou seja sem testamento em favor de um herdeiro e igualitária entre os respectivos herdeiros; noutro caso, a

partilha desigual, dita *preciputária*, ou seja, com testamento de uma terça parte dos bens a favor de um herdeiro principal à qual se acrescenta a parte dos restantes dos bens, a que tem direito a par dos outros herdeiros. Este último tipo de partilha está habitualmente associado à *instituição da casa* que supõe que o herdeiro principal fica a gerir a totalidade dos bens em lugar de todos os outros, não ficando assim na prática desmembrada a propriedade.

Os dois casos de figura são totalmente opostos e, do ponto de vista da paisagem, resultam em configurações muito diferentes no espaço. A primeira, mostra uma miríade de pequenos campos de cultivo associado a um *habitat* muito disperso, geralmente associado a pequenos núcleos concentrados como o lugar. Na realidade, um indivíduo pode dispor de um certo número de parcelas e numa delas construir uma habitação. Inversamente, no segundo caso, a paisagem mostra um *habitat* muito menos disperso e numeroso; em certos casos vêem-se casas rodeadas pela maioria das parcelas que lhes estão associadas ou então um habitat concentrado na forma de aldeias não muito grandes. Em qualquer um destas duas últimas situações, a propriedade apresenta-se menos dividida e menos atomizada, assim como provavelmente uma paisagem de *bocage* pouco densa nas regiões deste tipo.

Na paisagem de minifúndio, de tipo *bocage*, que descrevi na década de oitenta num estudo acerca de uma aldeia da Beira-Baixa (dos Santos, 1992), pode ver-se uma miríade de pequenos campos subdivididos em diferentes parcelas, materialmente separados, a reflectir a monocultura agrícola praticada. Na paisagem em questão, vista de um ponto cimeiro, facilmente nos apercebemos desta característica minifundiária: intensa densidade agrícola, campos de pequeníssima e irregular dimensão e de formas muito variadas. Se observarmos de mais perto verificamos que nada do seu aspecto se deve ao aleatório e que o modo e a forma como os campos estão separados uns dos outros evidencia uma tipologia material em estreita correlação com a organização social local, como se verifica ainda (graças à fotointerpretação) ser esta tipologia o resultado contínuo de alterações sociais acontecidas ao longo dos tempos. No passado, numa fase em que as suas dimensões o permitiam, os campos eram separados uns dos outros construindo muros entre os diferentes terrenos vizinhos, porventura – como hipótese – numa lógica de organização social de tipo *openfield*. De tradição de partilha igualitária, esta levou, num primeiro tempo, a que os campos se subdividissem até ao seu extremo limite, para terem tendência nas gerações seguintes a voltar, muito lentamente, a recompor uma certa matriz cadastral inicial, pela compra ou pelo casamento. Durante este longo período, a vontade de continuar a cercar os campos manteve-se, apesar de os campos serem cada vez mais pequenos à medida das partilhas. Porém, as formas de divisória dos campos não podiam ser, nem foram, as mesmas, por falta de espaço, obrigando a uma nova racionalidade de separação entre eles. Gradualmente, os muros de antigamente foram dando lugar a uma materialização variada e hierarquizada em função do tipo de relações de parentesco entre vizinhos. A nova racionalidade de materialização das separações foi-se concretizando de forma proporcional aos diferentes graus de parentesco existentes entre proprietários vizinhos. Por exemplo, entre dois irmãos um simples rego é suficiente para separar os seus respectivos campos. Mas como entre sobrinhos e tios a proximidade parental se esbate, o grau de materialização da divisória aumenta correlativamente, embora mais pela vontade dos sobrinhos do que pela dos tios. Para separarem as suas parcelas, os sobrinhos introduzem algumas plantações como, por exemplo, a vinha brava. Esta diferença de comportamento explica-se pela visão diferencial que ambos têm da sua relação parental. De facto, esta não é simétrica; o tio sente-se relativamente mais próximo do sobrinho/a do que este do tio/a e a assimetria exprime-se claramente materializando-se no espaço, segundo o tipo da vedação imposta pelos sobrinhos. De resto, entre eles intercalam-se os primos, filhos dos tios, supondo um certo tipo de afastamento da relação e a correlativa separação das propriedades. Assim, entre primos do primeiro grau, a materialização torna-se ainda mais consistente, e partir dos quais ela se vai amplificando à medida que a distância parental aumenta. Todavia, com a recomposição gradual da propriedade volta a reencontrar-se os velhos muros em pedra que separaram a propriedade em tempos, divisão a partir da qual se iniciou a partilha. Entretanto, paralelamente à recomposição, é cada vez mais comum verem-se campos separados por um novo tipo de vedação: pilares de cimento e arame, a indiciarem uma nova fase e o correlativo afastamento dos graus de parentesco entre vizinhos. Seguindo este longo processo, a paisagem vai-se redefinindo à medida das partilhas e do afastamento dos graus de parentesco, para voltar, com a reconstituição da antiga pro-

priedade, a recompor aproximadamente a paisagem anterior, segundo uma lógica de prática agrícola reduzida e de construção habitacional acrescida.

No registo das mudanças políticas e económicas, as conseqüentes alterações na paisagem são igualmente infinitas, como todos os outros exemplos já referidos. E a esse propósito gostaria de recordar um episódio histórico da Europa moderna, particularmente significativo da longa diacronia. O impacto de carambola que teve a revolução industrial, designadamente a indústria do têxtil, na paisagem inglesa: a valorização da lã levando ao aumento da criação de ovinos, acentuou o fechamento dos campos (as *enclosures*) e aumentou o tamanho da propriedade em resultado da ocupação das terras comunais assim como da compra das pequenas explorações cujos proprietários partiam para os meios urbanos à procura de uma atividade industrial, com o conseqüente crescimento do tecido urbano e alteração da sua fisionomia devido à proliferação de fábricas.

Gostaria também de dar o exemplo de uma norma administrativa ostensivamente moldada na paisagem. Numa curta visita que fiz há pouco tempo à Tunísia, tive a ocasião de observar nos subúrbios de Tunes o insólito espetáculo de aglomerados de inúmeras casas em que o último andar (geralmente o terraço) se encontra inacabado, deixando ver os tijolos não rebocados e as vigas de ferro apontadas para o céu. Procurada a razão, foi-me explicado que tal aspeto se devia ao facto de uma vez a casa acabada (e só depois disso) o seu proprietário ficar obrigado a pagar um imposto de habitação. Para esquivar a despesa, milhares de proprietários evitam terminar a casa ou dar-lhe um aspeto definitivo. A fuga a esta disposição administrativa acaba assim larga e explicitamente inscrita no espaço urbano. Intimamente ligadas a práticas sociais muito antigas é de lembrar as paisagens milenares dos arrozais chineses de Yuanyang no Yunnan, em constante transformação e crescimento. Na Primavera, antes dos casamentos, os aldeões juntam-se para abrir na vertente da montanha novos socalcos, onde os jovens casais unidos nesse ano plantarão o arroz que assegurará a sua subsistência, redesenhando assim constantemente a paisagem ao prolongar o efeito ondulante do vasto oceano dos arrozais chineses.

Para terminar, evoque-se ainda o significado dos exemplos dados por Levi-Strauss (1958), acerca de sociedades muito diferentes das sociedades até aqui invocadas, como a dos Índios das Planícies, cujos acampamentos variavam com a organização social de cada tribo ou o caso da distribuição circular das cabanas das aldeias gé do Brasil central e oriental onde ocorria o mesmo fenómeno. Ou ainda os distintos tipos de estabelecimento residencial correlativos a organizações sociais diferentes, embora de um mesmo grupo étnico, como o caso da configuração das ruas paralelas das aldeias pueblo. Os pueblo, povo do sudoeste da América do Norte (em particular os Hopi e os Zuni) que vivia em aldeias, apresentavam formas de organização social opostas nas duas extremidades do seu território enquanto nas regiões intermédias evidenciavam configurações distintas das primeiras. Além disso, os documentos arqueológicos mostram que se produziu uma passagem das antigas estruturas semicirculares às estruturas paralelas actuais assim como uma mudança do fundo dos vales para os planaltos. A questão que se coloca então ao autor é saber de que modo se repartiram as habitações entre os diferentes clãs que os mitos descrevem como terem sido repartidas de forma precisa e actualmente parecem depender do mero acaso. Por outras palavras, terá a superestrutura dos mitos cedido o lugar à realidade das novas condições e produzir, assim, uma ruptura histórica face à mudança como tantas vezes acontece?

Tanto as aldeias de ruas paralelas dos pueblo, referidas por Lévi-Strauss, como a dupla morfologia social nuer, em íntima relação com o meio ambiente, descrita por Evans-Pritchard (1940), ou o *habitat* esquimó e as suas variações em função das estações do ano, segundo Mauss (1950), representam quadros paisagísticos resultantes das respetivas organizações sociais. Mas tal não significa que aconteça sempre assim. Como também mostrou Lévi-Strauss, a configuração das aldeias bororo não reflete a sua verdadeira organização social, mas um modelo idealizado pela mente “se bem que ele seja de natureza ilusória e que contradiga os factos” (Levi-Strauss, 1958). A concretização no espaço território de um modelo social exterior ao grupo, que assim não reflete o seu próprio modelo, é extremamente interessante para a investigação em comparação com as sociedades que materializam a sua organização social. A razão da diferença de manifestação deste fenómeno entre sociedades representa certamente uma questão altamente pertinente do ponto de vista sociológico comparativo.

## 6. Conclusão

Assim, as paisagens humanas são múltiplas e infinitamente variadas e esta multiplicidade infinita torna a paisagem universalmente dotada de significado sociológico e desde logo iminentemente antropológico. Esta propriedade – independentemente de a noção de paisagem ser ou não universal – é assim um instrumento suscetível de revelar estruturas e modos de acção comuns a certo tipo de sociedades, relevando, por essa razão, do domínio da comparação. A sua importância estratégica não é, obviamente, novidade. Levi-Strauss (1958) já a tinha sublinhado (de um ponto de vista estruturalista) a propósito das correlações entre configurações espaciais e estruturas sociais, que tive a ocasião de evidenciar noutros textos, mas que me parece ser da maior oportunidade repetir aqui: “... não haverá qualquer coisa de comum a todas [as sociedades] – por muito diferentes que sejam – onde se constata uma relação (mesmo obscura) entre configuração espacial e estrutura social? E mais ainda, entre as sociedades onde a configuração espacial ‘representa’ a estrutura social como se faria num diagrama exposto num quadro?”

Contudo, se na realidade as coisas não são assim tão simples, como o próprio autor sublinha ao referir o caso, já citado, dos estabelecimentos bororo que “não exprimem a verdadeira estrutura social mas um modelo presente na consciência indígena, se bem que seja de natureza ilusória e contradiga os factos”, na maioria dos casos, uma paisagem humana tende a reflectir a estrutura social do grupo territorial.

Um exemplo comparativo interessante da relação entre paisagem e organização social, já mencionado, é o caso do *bocage*, ao qual, regra geral, está associada a partilha igualitária – como no *bocage* beirão, bretão, irlandês etc. Se bem que a tentativa da explicação aflore rapidamente à nossa mente, a questão merece ser entretanto aprofundada, na medida em que o *bocage* não se define necessariamente pela existência da pequena propriedade mas por um conjunto de elementos entre os quais o fechamento dos seus campos.

Resta acrescentar que as razões porque certas sociedades reflectem no espaço a sua organização social e outras o não fazem estão longe de estarem percebidas o que, naturalmente, incita a aprofundamento deste tipo de investigações.

Compreende-se assim que o método lógico de indução, empregando a comparação, a classificação e a generalização pode e deve ser aplicado ao estudo das paisagens. Ele responde à exigência epistemológica da antropologia social quando se afirma que esta se deve fundar no estudo comparativo e sistemático de um grande número de sociedades.

Uma última nota para reafirmar que a paisagem incita o olhar a interrogar o horizonte para melhor indagar de perto. Suscitando interrogações acerca das configurações espaciais, a paisagem não só chama directamente a atenção para o sociologicamente visível como também, por arrastamento lógico, para o aprofundamento do dissimulado e do obscuro da complexidade social. Por outras palavras, pensar a paisagem é como examinar atentamente um quadro pintado a fim de perceber a intenção do seu autor. Funcionando como uma lente de aumento, o exame de grandes planos à distância, enquanto sistema de apreciação especializado, corresponde a um conceito operativo de observação etnográfica, à luz do qual se pode proceder no terreno a observações mais precisas, num vaivém entre a síntese e o pormenor.

## Referências bibliográficas

- Corbin, A. (2001). *L'Homme dans le paysage; entretien avec Jean Lebrun*. Textuel.
- dos Santos, A. (1992). *Heranças, estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira-Baixa*. Edições Dom Quixote.
- dos Santos, A. (2013). *Identities Incertas – Uma perspectiva antropológica da anomia identitária*. Edições Colibri.
- Evans-Pritchard, E. (1940). *The Nuer*. Clarendon Press.
- Krauskopff, G. (1989). *Maîtres et possédés. Les rites et l'ordre social chez les Tharu (Népal)*. Éditions du CNRS.
- Lenclud, G. (1995). *L'ethnologie et le paysage – questions sans réponse*. Em *Paysage au Pluriel – Pour une approche ethnologique des paysages*. Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Levi-Strauss, C. (1958). *Anthropologie Structurale*. Plon.

Mauss, M. (1950). *Sociologie et Anthropologie*. P.U.F.